
Empoderamento de gênero através da associação Oxalá de Bujaru no Quilombo São Judas Tadeu - PA

Dulcilene Alves de Castro ¹

Resumo: O empoderamento de gênero, tanto o individual quanto o coletivo, constrói um poder nas ações de mulheres negras, com propósito de eliminar opressões étnicas socialmente construídas, além de favorecer políticas públicas para o grupo social. O objetivo da pesquisa é compreender o empoderamento de uma mulher quilombola, presidenta da Associação Renascente de Quilombola Oxalá de Bujaru – ARQUIOB, no Pará, em suas ações, espaço ocupado e conquistas coletivas. A metodologia utilizada foi abordagem qualitativa, utilizando entrevista gravada acompanhada de roteiro semi-estruturado, com perguntas abertas e fechadas, sendo posteriormente sistematizada as narrativas da entrevistada. Os resultados apontam que o empoderamento da mulher quilombola, no caso estudado, representa a autoafirmação no espaço público rural de domínio masculino, a autoconfiança e aquisição de conhecimentos, principalmente sobre direitos para as mulheres negras e a busca de soluções para enfrentamento de problemas no território.

Palavras-chave: Poder; Gênero; Mulher; Quilombo.

Introdução

O empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. Esse Empoderar das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal (Sardenberg, 2006:02). Além de um empoderamento individual, as estratégias para unir esforços, buscar mudanças, para um poder coletivo, mobilizam ações, como reuniões, e possibilitam reflexões críticas ao grupo, questionando as bases de poder nas estruturas sociais, no âmbito público, privado do mundo

¹ Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável-UFPA, Especialista em Educação para as Relações Etnicorraciais-IFPA, Graduada em Ciências Sociais-UFPA, Faz parte da Associação Brasileira de Pesquisadoras/os Negras/os como Membro Associada, Professora da Secretaria de Educação do Estado do Pará SEDUC PA. Email: Dlacastro555@gmail.com.

urbano e rural. No caso rural, a construção social historicamente se dá com base no trabalho com a terra e a valorização da força do trabalho do homem.

No contexto rural, Antônio Bispo dos Santos (2015), ao analisar os quilombos, argumenta que para essas comunidades, da qual o autor chama de contra colonizadoras, a terra era, e continua sendo, de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas de acordo com as necessidades de cada um.

A terra, possibilita a reprodução social e contribui para a construção de gênero no grupo. Isto se dá a partir da distribuição de atividades, tempo e espaços por sexo, baseando concepções sociais sobre força e habilidades de gênero. A mulher, sendo visibilizada como frágil para determinadas atividades no campo, passa a ocupar trabalhos determinados socialmente, como as atividades do lar.

A desconstrução desse imaginário socialmente criado sobre as mulheres vem sendo possibilitado com a participação das mesmas em várias frentes de ação, atividades diferenciadas em seus quilombos – no caso escolhido para esta pesquisa, o quilombo de São Judas Tadeu, no município de Bujaru/PA. Objetiva-se compreender, através das narrativas da presidenta da Associação Remanescente de quilombola Oxalá de Bujaru – ARQUIOB, no Pará, o processo de empoderamento de uma mulher quilombola, alterando a ordem tradicional no território, com a organização de ações não mais somente em espaços privados, domésticos, mas públicos e políticos. Além disso, possibilitando a garantia e reivindicação de direitos garantidos pela constituição a população remanescente de quilombos.

1. Quilombo: a associação, o empoderamento e a luta da mulher quilombola

1.2 Quilombo: área em estudo

A área em estudo é o quilombo São Judas Tadeu localizado a 39 km do município de Bujaru² nordeste do Estado do Pará.

A palavra quilombo derivada do quicongo lómbô significa sociedade, grupo, exército ou do quimbundo quilombo, união. Era uma designação para acampamentos militares, feiras, mercados, nos antigos Congo e Angola (Lopes, 2008:66). Estudos de Marin e Castro (2004), apresentam em suas pesquisas, quilombo de herança, herdado pelo senhor de engenho as filhas negras escravizadas, como o de Abacatal-PA. Os autores demonstram características

² Segundo dados do IBGE 2021 o município de Bujaru possui uma população de 29.717 pessoas, tendo um IDH de 0,552, considerado um índice abaixo do ideal 0,8 para o desenvolvimento humano.

como união, comunidade, terra herdada, que se assemelham ao quilombo estudado. Os estudos atuais, apoiam-se na utilização do termo quilombo, no Decreto nº 4.887/2003, do que trata artigo 68, do Ato das disposições constitucionais, art. 2º, parágrafo 2º, que considera terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, as utilizadas para garantir a reprodução física, social, econômica e cultural do grupo. Garantindo que territórios e remanescentes de uma ancestralidade, espalhados pelo país, sejam constituídos como espaços vivos de africanidade e resistência cultural desenvolvida pelo grupo (Deus, 2012:74).

Na área de remanescentes de quilombo em estudo não se tem uma precisão na entrevista e nem nas conversas informais sobre o histórico de São Judas Tadeu, o que se sabe, através dos relatos, é que existiu, sem precisão de período, um senhor de escravizados chamado Trovão, dono das terras em São Judas Tadeu, ele era casado com uma mulher tratada pelos moradores de senhorinha³. Após a sua morte as terras foram divididas pelos seus sucessores para os moradores locais. Os moradores se autoidentificam como população remanescente de quilombo, possuem a certificação dessa autodefinição pela Fundação Cultural Palmares desde 04 de março de 2004.

Com relação a titulação da terra, estudos de Malcher (2011:87), demonstram que a área quilombola de Bujaru no Pará é de jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, cabe ao órgão identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e conceder o título de terra para as comunidades remanescentes de quilombo. Outros órgãos como Fundação Cultural Palmares – FCP e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA garantem atendimento técnico e jurídico às áreas que serão tituladas. Atualmente a comunidade aguarda o documento coletivo do INCRA, o título de território quilombola.

1.2 A Dinâmica reprodutiva no território

O território é constituído de 120 famílias que vivem de atividades como professoras/os, serventes, operários/as, aposentadas/os, beneficiários/as de programas sociais. Estas atividades se cruzam, com o trabalho na terra para a reprodução social do grupo. Esse contexto será apresentado através das narrativas da presidenta da associação dona Maria do Socorro Albernás, 55 anos, ensino médio completo, nascida no quilombo, casada, mãe de sete filhos. A abordagem metodológica é qualitativa, utilizando roteiro de entrevista semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas. Esta escolha se deu para melhor “compreensão

³ Termo utilizado para uma senhora jovem.

de fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social” (Haquette, 1992:63).

Os relatos demonstram inicialmente as atividades de subsistência nas origens do quilombo: “ah o que tinha a gente trabalhava na agricultura, era trabalhava com mandioca com arroz, feijão, milho, banana”. Os cultivos agrícolas eram para subsistência, e também pequenas vendas que garantissem a compra de outros produtos para casa que não eram encontrados na comunidade ou que não eram produzidos no local.

Dona Maria relata que começou a ir para a roça com dez anos de idade, acompanhando o pai, peneirava a massa de mandioca, descascava a mandioca, segundo a mesma não fazia trabalho pesado, pois essas atividades eram consideradas fáceis para as meninas.

A posição das mulheres no trabalho coletivo também é narrada: “elas ajudavam os maridos, saia todo mundo de manhã pra roça pra trabalhar só voltava de tarde a partir das 5h da tarde a gente voltava”.

O termo 'ajuda' é bastante utilizado no meio rural para invisibilizar o trabalho feminino, porém estratégias de participação e de poder fora do âmbito doméstico, são observadas com o início da atuação política de dona Maria do Socorro para a formação do grupo religioso no quilombo:

Olha, foi assim: nós começamos por um grupo de evangelização através de duas pessoas que eram nossos vizinhos lá, eles vieram perguntar se a gente queria que fundassem um grupo de evangelização, concordamos que sim. Ai, através desse grupo, em 1972 aí ficamos, a gente participava da comunidade Santana de Bujaru, aí com muitos tempos a gente pensou de fazer também a nossa. Não foi fácil a gente conseguir o padre deixasse a gente fazer na capela lá, mas graças a deus, com a ajuda da comunidade do Cravo e da Santana, aí ele concordou que a gente fizesse né. (Dona Maria do Socorro, 55 anos, presidenta da associação ARQUIOB).

Segundo a entrevistada, através do grupo religioso as possibilidades para reunir e discutir com o grupo para a organização da própria comunidade iniciaram, pois possibilitaria a construção da igreja e as celebrações no próprio local. Esta articulação atrairia mais pessoas para as decisões na comunidade, como isso, a possibilidade de participação poderia aumentar. Pesquisa de Sousa (2022), com agências de populações negras, em território quilombola, no caso, as Malungas em Salvaterra-PA, apresenta similaridades organizativas de mulheres lideranças negras, tal qual, a trajetória vivida e narrada por dona Maria do Socorro, pois muitas mulheres em Salvaterra, inicialmente organizaram irmandades de auxílio mútuo, clubes de mães, associações e igrejas em seus territórios. Reafirmando a ideia de

organizações comunitárias de mulheres negras, famílias extensas e igrejas, enquanto espaço de luta e empoderamento, Collins (2019), soma à discussão, acrescentando que as organizações afro-americanas são espaços seguros, de resistência à objetivação da mulher negra, espaços de desconstruções de modelos, de imagens, buscando o empoderamento da autodefinição, segundo os padrões de cada comunidade, sendo discutido e articulado por mulheres em suas organizações.

A comunidade de São Judas Tadeu se consolidou, com base na organização coletiva comunitária, inicialmente religiosa, buscando no território herdado dos ancestrais a autodefinição identitária, tendo o nome multiplicado gerando o nome da escola e o nome do retiro. São Judas vem sobrevivendo em meio a diversidades e necessidades estruturais, sendo uma das bandeiras de lutas para o surgimento da associação, com o empoderamento de liderança feminina.

Para a compreensão do termo empoderamento apresento as percepções e conceitos de autores que contribuíram no entrelaçamento entre a teoria e a prática sócio-política, cultural étnica de dona Maria do Socorro na Associação ARQUIOB.

2. Empoderamento: conceitos e percepções

A construção teórica dessa pesquisa parte dos estudos de empoderamento em Berth (2009), que ao dialogar com autores como Rappaport, Freire, apresenta mulheres cuja trajetória social, em organizações comunitárias, em núcleos que agregam sócio-politicamente o coletivo, possibilitam lutas e ações reivindicatórias para o grupo. Nos mesmos estudos utilizo também Sardenberg (2006), suas investigações acerca de estratégias coletivas para o acesso a territórios, práticas culturais, políticas públicas. Esses estudos alinham a construção dessa pesquisa sobre o empoderamento de dona Maria do Socorro Albernás no quilombo São Judas Tadeu. Sardenberg (2006), citando Nelly Stromquist (2002; 1995), possibilitou o entendimento sobre o tipo de empoderamento desenvolvido pela entrevistada.

A palavra empoderamento é de origem inglesa, não tendo tradução precisa na língua portuguesa, somente sinônimo aproximado. Joice Berth, no livro *Empoderamento*, argumenta que:

Power é um substantivo da língua inglesa que significa basicamente habilidade ou permissão para que alguém realize alguma coisa. Também pode significar autoridade, força, entre outras coisas. Já a palavra *empower*, foi usada pela primeira vez em 1651, surgiu de uma adaptação específica do próprio idioma inglês chamada *verbing*, que consiste em transformar um substantivo em verbo. Logo, o significado

ao pé da letra de *empower* é dar poder ou habilidade a algo ou a alguém. (Berth, 2019:23).

Nos estudos do sociólogo Julian Rappaport, em 1977, foi criado o termo *empowerment* ou empoderamento, pensado para grupos minoritários, enfatizando a busca da capacidade de fazer o que queriam, incluindo o controle de suas vidas. “Da mesma forma, a palavra “empoderamento”, ao pé da letra, significa dar poder ou capacitar. Para o sociólogo, era preciso instrumentalizar certos grupos oprimidos para que pudessem ter autonomia” (Berth, 2019:23).

Vale considerar que “o conceito de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos setenta, através da bandeira do poder negro, como uma forma de auto valoração da raça e conquista de uma cidadania plena” (Costa, 2023:07).

Com isso, [...] o conceito de empoderamento é instrumento de emancipação política e social e não se propõe “viciar” ou criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre indivíduos, tampouco traçar regras homogêneas de como cada um pode contribuir e atuar para as lutas dentro dos grupos minoritários (Berth, 2019: 18).

Não só nos grupos minoritários, mais “O empoderamento pode ser entendido como o processo através do qual se expandem os limites de se fazer escolhas estratégicas, num contexto no qual isso era antes impossível/proibido/negado” (Sardenberg, 2006:07). escolhas podem ser relativas à autonomia financeira, material, acesso a recursos e distribuição, acesso à terra, acesso a benefícios, políticas públicas, acesso à informação e conhecimentos formais e informais, direito em assumir autoridade de poder e liderança no grupo. Por conta disso, na “teoria do empoderamento unem o bem-estar individual ao meio político e social mais amplo. Teoricamente, a construção une a saúde mental à ajuda mútua e luta para criar uma resposta comunitária.” (Berth, 2019:24).

Este conceito de empoderar também pode ser compreendido como “mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir” (Costa, 2023:07).

A teoria do empoderamento foi inspirada na teoria da conscientização de Paulo Freire para estudos com grupos oprimidos nos anos de 1960. (Berth, 2019:28).

Em concordância com a afirmação anterior, Srilatha Batliwala (1994:127) citada por Sardenberg (2006:04-05), demonstra que “o conceito de empoderamento na perspectiva

feminista resulta de debates e críticas importantes levantadas sobretudo por feministas do chamado Terceiro Mundo”.

Para Batliwala (1994), o início dessas reflexões foi possibilitada pela junção de pautas feministas com práticas libertadoras da educação popular inspiradas no autor Paulo Freire, no que se refere à importância de criar metodologias participativas e inclusivas para aprendizagem e para práticas democráticas.

Outra frente de análise apresenta o empoderamento como uma construção ao mesmo tempo entre processo e produto, tendo no grupo de mulheres objetivos específicos:

Questionar a ideologia patriarcal; transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero as desigualdades sociais; e criar as condições para que as mulheres pobres possam ter acesso – e controle sobre – recursos materiais e informacionais (Sardenberg, 2006: 06).

Além dos objetivos acima citados, dar o poder as mulheres é ameaçar as estruturas patriarcais, pensadas tanto no espaço rural como no urbano, principalmente nos núcleos familiares, pois a autoridade e o autoritarismo masculino. É estabelecer mudanças no contexto social e histórico feminino, trazendo liberdade intelectual, sexual, felicidade em decidir sobre seus corpos, sobre sua participação em organizações que lutam contra violação de seus direitos.

Empoderar mulheres implica numa “transformação das estruturas de subordinação através de mudanças radicais na legislação, direitos de propriedade, e outras instituições que reforçam e reproduzem a dominação masculina” Gita Sen e Grown (1985:129) citadas por Sardenberg (2006:05). O processo de empoderamento, portanto, “tem que ser desencadeado por fatores ou forças induzidas externamente. As mulheres têm que ser convencidas, ou se convencer do seu direito à igualdade, dignidade e justiça”. (Sardenberg, 2006:08).

O conceito de empoderamento engloba diversas posições, ações, construções, desde as individuais quanto as coletivas como as dos movimentos sociais de mulheres que se movimentam através de passeatas, caminhadas, acampamentos, a fim de reivindicar e garantir acesso a políticas públicas e espaços de poder determinados historicamente por classe, gênero e raça. O privilégio da branquitude é ameaçado quando ocorre o reconhecimento da situação de exploração, exclusão pelos oprimidos/as, provocando indignação, ou seja, empoderando-se, transformando suas vivências e as dos/as outro/as.

Os autores constroem conceitos sobre empoderamento tomando como base realidades diferenciadas, analisadas sob aspectos centrais do conceito, como poder, libertação,

autonomia, autoconfiança. A tomada de decisão faz parte de uma nova construção do feminino, iniciada pelo movimento de mulheres negras, tendo ganhado espaço, cada vez mais, no universo das mulheres quilombolas em organizações.

3. A associação e o empoderamento da mulher quilombola

A organização local reconfigura-se com a chegada da associação, o que antes era decidido somente por um poder de liderança do presidente da comunidade ficou redistribuído entre dois comandos políticos, ou seja, o da igreja e o da associação.

Porque antes da associação, a gente tinha a comunidade né, e na comunidade tinha um presidente, que hoje se diz coordenador ele e a coordenação tipo também da associação, é o presidente secretário, tesoureiro então reunia essa coordenação e tomava decisão na comunidade e agora como nos somos comunidade e associação a comunidade decide do lado da igreja e nos decidimos o lado da associação. (Dona Maria do Socorro, 55 anos, presidenta da associação ARQUIOB)

A associação foi fundada em 2001, através da orientação de representantes da Comissão Pastoral da Terra- CPT. Dona Maria narra que, quem veio inicialmente para orientar a fundação da associação foram: um padre chamado César, duas freiras, uma chamada Rosa e a outra, chamava-se irmã Adelaide. Eles eram da CPT Guajarina⁴ cuja missão é orientar a organização dos trabalhadores rurais em seus direitos enquanto cidadãos, principalmente o direito à terra e na formação coletiva com base na realidade sociocultural dos indivíduos garantindo o fortalecimento da espiritualidade cristã.

O nome da associação foi sugerido pelo padre César, sendo Oxalá a representação da criação da natureza e de todas as coisas, das energias, das alegrias, da prosperidade, da reprodução, mostrando a religiosidade ancestral para a comunidade. A vinda da comissão pastoral ao território foi articulada pela sogra de Dona Maria do Socorro, que também lhe apresentou ao movimento de mulheres. Neste período ocorreu um círculo de cultura:

Foi através de estudo, um círculo de cultura pela minha sogra que participava do movimento de mulheres da época conhecia eles aqui na paróquia, aí ele se interessou de ir lá fazer esse círculo de cultura e conversamos, contamos que lá foi é, teve uma escravatura. (Dona Maria do Socorro, 55 anos, presidenta da associação ARQUIOB))

A partir daí as necessidades demandaram empenho dos membros da comunidade, tal qual demonstra Berth (2019), com a união de mulheres e suas reivindicações comunitárias,

⁴ A microrregião Guajarina é constituída pelos municípios de Bujaru, Capitão Poço, Irituia, Ourém, Paragominas, e São Domingos do Capim ver Embrater/Emater e Embrapa, 1981.

dona Maria do Socorro, em sua narrativa conta que participou com o grupo articulando as ações para a regularização da terra pelo INCRA e a legalização da associação:

[...] aí foi todo um processo com o pessoal do INCRA, com ele acompanhando aí, fizeram o primeiro levantamento, não deu certo, aí fizeram o segundo, aí já que já deu certo, aí graças a Deus fomos começamos a andar atrás do documento, que eu fiquei numa época de presidente foram atrás de documento, e conseguimos legalizar a associação, ficou um tanto parada porque a gente não tinha conhecimento, não saía de lá, os presidentes agiam mais aqui em Bujaru, aí depois que entrou outro presidente que já tinha conhecimento já com o pessoal do Incra, e aí que nos já começemo a andar devagar, mas hoje graças a Deus a gente, pro que a gente era, a gente tá. (Dona Maria do Socorro, 55 anos, presidenta da associação ARQUIOB)

Com a associação segundo a entrevistada, depois de 2001 foi possibilitado um ramal, água potável, escola, luz elétrica no território com muita luta, principalmente para a conquista da energia elétrica:

Foi no tempo em que o Lula ganhou né, nos conseguimos através de movimento, muito, muita luta, a gente vinha pra rua e protestava, muito protesto aqui no trevo que vai aqui perto de abaete, esses municípios aí, aí fomos graças a deus lutamos, lutamos aqui o sindicato também tava trabalhadores rurais indo pra Brasília eu sei que conseguimos essa luz pra lá. (Dona Maria do Socorro, 55 anos, presidenta da associação ARQUIOB)

A busca por essas transformações mobilizadas pela associação ARQUIOB, assemelha-se aos estudos de Sardenberg (2006), ao referir-se sobre o empoderamento feminino, impulsionado por estratégias como autonomia de decisão e busca de políticas públicas para a comunidade.

A entrevistada participa da associação desde a inauguração, não foi a primeira presidenta, porém sempre esteve empenhada junto ao grupo em favor dos direitos coletivos. Seu primeiro mandato foi em 2018 e o atual vai até 2024. Na associação passaram vários mandatos: o primeiro presidente de 2001 a 2006 se reelegeu até 2009. Em 2009 entrou uma presidenta, sendo sucedida por um homem que finalizou o mandato com a chegada de dona Maria em 2018. Atualmente participam da associação 48 mulheres da comunidade São Judas, esporadicamente alguns homens e alguns meninos também frequentam. Além da associação, jovens como os netos de dona Maria, também circulam em outros espaços, no caso, o doméstico.

Na entrevista dona Maria contextualiza a respeito do empoderamento e da socialização dos meninos, no cruzamento dos ambientes da associação e do cotidiano doméstico. Ao ser perguntada – Quando a senhora viaja, quem faz as atividades domésticas

na sua casa? A resposta de dona Maria foi “é os meninos lá, quando a menina tá lá ela faz, quando eu não tô eles têm que dá o jeito deles lá”, ou seja, ela se referia aos netos que vivem com ela e algumas vezes as filhas. Na narrativa dona Maria constrói uma fala que permite analisar a dinâmica familiar, onde os meninos fazem parte de uma geração, que nasceu após associação, tendo hábitos e habilidades de acordo com as necessidades do grupo naturalizando atividades que antes eram vistas como somente femininas. Nos estudos sobre a categoria gênero Piscitelli (2009:08), demonstra que: “Entre nós, desde que um bebê nasce, aprende a se comportar de determinadas maneiras. Aos meninos se oferecem bola, carrinho e às meninas, bonecas e casinha para corresponderem a um papel determinado na sociedade”. O conceito de gênero é uma construção histórica e sociocultural criada apresentando desigualdades e diferenciações inatas entre homens e mulheres na vida social ocidental. Mesmo o quilombo contendo especificidades ancestrais como a valorização da oralidade e do território na construção social, a socialização dos papéis de gênero para alguns, carrega elementos ocidentais nas distribuições de tarefas, principalmente domésticas, entre jovens e adultos do grupo.

Na contramão dos primeiros estudos sobre gênero, a incorporação da mulher no espaço público na comunidade de São Judas modificou a dinâmica social, possibilitando mudanças de atividades, horários, atitudes, múltiplas responsabilidades. Antes, segundo a entrevistada, a rotina concentrava-se na casa e na roça, aos poucos foi acrescentando as atividades comunitárias, ajuda mútua, a incorporação nos movimentos sociais. A criação da associação conduziu uma dinâmica nova com participação em conferências, reuniões sindicais e em outros espaços.

A presença feminina, nas ações promovidas por organizações, como: encontros, reuniões, eventos políticos exigiu maior articulação da presidenta representando a comunidade, destacam-se a participação de dona Maria na marcha das mulheres em 2015, realizada em Brasília cujo tema discutido foi racismo e violência contra a mulher, na marcha das margaridas em Belém 2015, e em 2019, e no congresso das mulheres negras em Goiânia no ano de 2018.

Com a associação a mobilização intensificou-se para os problemas, a entrevistada relata que para adquirir o que quer que seja na comunidade é sempre uma luta muito grande, com relação a educação local estão reivindicando uma escola quilombola, pois no momento a escola atende somente até o quinto ano, os demais anos do ensino fundamental e do ensino médio da educação básica acontecem no km 29, antes de Bujaru.

Na escola do território existe uma professora quilombola atendendo 18 alunos do maternal ao quarto ano sem ajudante de sala, o que segundo a entrevistada, ocasiona um dispêndio maior de energia da profissional atendendo ao mesmo tempo, séries diferenciadas em um sistema multisseriado.

Com relação ao meio de transporte escolar atualmente é um ônibus encaminhado pela prefeitura, porém em condições precárias, precisando sempre parar no meio do caminho para consertos, o que faz com que as crianças chequem atrasadas na escola do km 29 ou no retorno para casa. O transporte escolar antes da chegada do ônibus amarelo era realizado segundo a entrevistada por um caminhãozinho, no qual a mesma utilizava para ir à escola, recorda que era uma luta viajar em um espaço apertado.

Outra dificuldade relatada é a estrada de chão batido em situação precária tanto no verão como no inverno. Neste período mais chuvoso quase sempre os carros atolam prejudicando a locomoção para o território. Sobre estas demandas para a escola, para o ônibus e para a estrada a associação articula ações:

Estamos até mobilizando já marcamos até uma data aqui com o prefeito que a gente vem aí falar com ele sobre essa situação desse carro, do professor, ajudante né por que a diretora impinima lá dizendo que ela não dá ajudante, não quer dá mais professora e nem ajudante a gente marca uma reunião e a gente vem aí com o prefeito conversar com ele porque nós temos direitos, nos temos o nosso documento que uma sala de aula com dois alunos da área quilombola tem direito de funcionar. (Dona Maria do Socorro, 55 anos, presidenta da associação ARQUIOB)

Nessas reivindicações locais a saúde é um dos pontos também principais, pois no quilombo não tem posto de saúde e nem agente de saúde, quando alguém está doente o deslocamento é para o posto de saúde mais próximo na PA 140 km 29.

No período da Pandemia de Covid-19 causada por um novo coronavírus, o acesso à comunidade teve restrições no início e o trabalho na associação foi contínuo no sentido de ajuda aos moradores, tendo articulação com os movimentos sociais, conseguiram cestas básicas fornecidas pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará- CEDENPA. Os moradores foram vacinados obedecendo aos critérios do governo federal por faixa etária, tendo prioridade os mais velhos, não ocorreu nenhum registro de óbito no local.

Em meio a tantas dificuldades, surto de pandemia e falta de políticas públicas, a satisfação em ter conseguido um conselho de igualdade racial pela secretária de ação social em Bujaru, tendo uma sala própria, segundo a entrevistada coisa que nunca imaginavam, expressa os momentos de conquista da associação. Uma articulação junto ao sistema nacional

de promoção da igualdade racial-SINAPIR proporcionou a chegada de um automóvel para o departamento a fim de conduzir os grupos articuladores das comunidades quilombolas para reuniões sobre reconhecimento e regularização do território.

O sentimento de vitória é sempre descrito como um alcance não só para a presidente, mas para o coletivo: Pra mim é uma alegria né porque a gente luta pra gente conquista não só pra gente, mas sim pro grupo.

Empatia e doação é um desafio diante dos entraves ao sair de casa para as tomadas de decisão, encaminhamento de ações e reivindicações: a gente sai acho que você sabe, a gente passa muita dificuldade, a associação é muito carente, a gente passa fome, passa sede, tudo isso a gente passa atrás do objetivo para associação.

Todo o aprendizado trazido dos eventos como fabricação de remédios naturais é repassado para os outros membros através de assembleias: Eu aprendi uma coisa assim como a gente fazer os encontros com as pessoas, como a gente conversar, como fazer remédio caseiro, isso eu aprendi em Oriximiná eles passaram muito pra nós e sobre as mulheres. (Dona Maria do Socorro, 55 anos, presidenta da associação ARQUIOB)

Outra conquista diz respeito à venda de artesanato na praça central da bandeira em Bujaru. As peças são confeccionadas por mulheres da associação que utilizam recursos naturais como sementes e cascas de coco para confecção de joias, vasos com casca de coco, de cupuaçu e de partes da palmeira do açazeiro, o ouriço da castanha também é utilização como artefato de decoração. A comunidade contou com recurso oriundo da lei Aldir Blanc-Pará por meio do edital cultura Afro-brasileira via projeto encaminhado por uma professora quilombola de São Judas para viabilizar ações que atendessem as demandas para o grupo cultural de danças e para o artesanato de São Judas.

Em meio a algumas vitórias uma em particular na narrativa de dona Maria do Socorro chamou a atenção da pesquisadora por ter caráter de continuidade da cultura ancestral e autoafirmação da identidade para o empoderamento juvenil feminino, ou seja, a inscrição de dezessete jovens de São Judas no edital 001/2022 da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-CONAQ no projeto Escola Nacional de Formação de meninas Quilombolas, organizado pelo Coletivo Nacional de Educação-CONAQ. Das dezessete inscritas, duas passaram para participarem do curso de formação sobre gênero, raça, identidade quilombola e outros temas importantes e específicos sobre relações étnicas que não constam no currículo oficial durante dois anos. Também receberam um tablet para acompanharem as aulas online.

A movimentação e organização para a participação das jovens no projeto da CONAQ ocorreu através de etapas na associação: primeiro as professoras quilombolas da escola reuniram com os pais para explicarem sobre o estudo. Em seguida organizaram aula de redação para preparação da prova cujo tema era: o que é ser um aluno/a quilombola? Com as redações prontas as professoras enviaram para o sistema da CONAQ. Após o resultado as classificadas passaram por uma entrevista on-line para posterior aprovação.

Estes resultados podem ser atribuídos a mudanças de pensamento e atitude feminina no espaço rural potencializado com a associação. Para a entrevistada ao ser perguntada o que é ser uma mulher empoderada ela responde:

Eu acredito que a mulher empoderada ela é liberta pra fazer todas as coisas dela né pode ser candidata, pode ser uma vereadora né pode ser uma presidente de associação, várias coisas, presidente do movimento de mulheres né e uma mulher empoderada eu acredito que ela tem essa liberdade tem que ter o conhecimento da lei porque através do meu conhecimento, através da minha participação eu tenho muito conhecimento, graças a deus hoje eu me sinto uma mulher empoderada. (Dona Maria do Socorro, 55 anos, presidenta da associação ARQUIOB)

O empoderamento da presidenta quilombola da associação ARQUIOB em São Judas Tadeu município de Bujaru pode ser compreendido sob a luz de Nelly Stromquist (2002,1995, p.232) citada por Sardenberg (2006, p.06), e sua teoria das quatro dimensões de análise, a cognitiva (visão crítica da realidade) psicológica (sentimento de auto-estima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente). Compreende-se estas quatro esferas como apreensões simultâneas a partir do círculo de cultura promovido pela CPT, do aprendizado nos movimentos sociais, principalmente o de mulheres negras, das ações na associação para demandas em busca de educação, saúde, geração de renda, infraestrutura local, autorreconhecimento e exercício do poder nas tomadas de decisões do dia, dia familiar e na esfera pública.

Considerações Finais

O empoderamento de gênero sob a perspectiva do movimento feminista, associado a reflexão e a ação com base na pedagogia do oprimido de Paulo Freire, possibilitou o exercício do poder da mulher na Associação Remanescente de quilombola Oxalá de Bujaru – ARQUIOB também impulsionou a autoconfiança, o otimismo, a construção coletiva na organização quilombola.

O reconhecimento da opressão para o alcance da consciência crítica despertou a necessidade de empoderamento, o sentimento de libertação, o poder de decisão, de participação e de satisfação nas conquistas coletivas.

O empoderamento de mulheres no quilombo São Judas Tadeu significou mudança nas ações para o alcance de políticas públicas em uma estrutura social e espacial deficitária no atendimento à educação, saúde e transporte para a população, criando-se estratégias de luta para reelaborar dificuldades do dia a dia.

Com estratégias para empoderar cria-se condições para o acesso e controle no espaço público dos recursos materiais, controle ambiental do território, direito de acesso a cargos públicos, mobilização para frentes reivindicatórias, autonomia financeira com a venda, valorização de produtos e ensinamentos dos antepassados como: formas de plantio, ações organizacionais e práticas artesanais.

A conquista da presidência na associação garantiu a consolidação na participação da mulher negra nas tomadas de decisão no território, o estímulo à busca de informações e de conhecimentos sobre a ancestralidade africana, sobre o direito a terra, a saúde, sobre a necessidade de estudar, sobre o aprendizado em cursos sobre o aproveitamento dos recursos naturais, no caso, plantas medicinais com a finalidade de garantir alternativa curativa ao grupo e geração de renda para as mulheres.

Sendo assim, apresentar narrativas de uma mulher quilombola estimula o exercício prático e participativo para a transformação individual e coletiva no quilombo pesquisado, assim como, fomenta ações em outros quilombos e em outros espaços da negritude que buscam direitos garantidos constitucionalmente para seus territórios, para a conservação e preservação de práticas e para o empoderamento da mulher negra na sociedade.

Referências Bibliográficas

- BERTH, Joice. 2019. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Pólen. 184p.
- COSTA, Ana Alice. 2023. *Gênero, Poder e Empoderamento das mulheres*. (www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf; Acesso em: fevereiro de 2023).
- COLLINS. Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. 1º Ed. São Paulo, Boitempo, 2019.

DEUS, Zélia Amador de. 2012. *Espaços Africanizados no Brasil: Algumas Referências de Resistências, Sobrevivências e Reinvenções*. Revista eletrônica: Tempo- Técnica- Território. V.3, n.2. p. 63:76.

DECRETO N. 4887 de 20 de novembro de 2003. Acesso [www. Planalto.gov.br/ ccivil_03decreto/2003](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003).

Embrater/Emater-PA, Belém/Embrapa, Belém-PA. 1981. *Sistemas de Produção para Pimenta do Reino- Microrregião Bragantina, Guajará, salgado e Viseu*. Belém.

HAQUETTE, Teresa Maria Frota. 1992. *Metodologia Qualitativas na sociologia*. Petrópolis. Rio de Janeiro, Editora Vozes.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. 2023. *População e IDH Bujaru*. Acesso em: 19/03/2023.

LOPES, Nei. 2008. *História e cultura africana e afro-brasileira*. São Paulo, Editora Balsa Planeta.

MALCHER, Maria Albenize Farias. 2011. *Territorialidade Quilombola no Pará: um estudo da comunidade São Judas, município de Bujaru e da comunidade de Cravo, município de Concórdia do Pará*. Dissertação de mestrado, Belém, UFPA.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. CASTRO, Edna Maria Ramos de. 2004. *No caminho de pedras de Abacatal: Experiência social de grupos negros no Pará*. Belém, NAEA/UFPA, 2ª edição.

PISCITELLI, Adriana. 2009. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (Org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia. p. 118-146.

SANTOS, Antônio Bispo dos. 2015. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília.

SARDENBERG, Cecília M.B. 2006. Conceituando empoderamento na perspectiva de gênero. In: *I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO*, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia.

SOUSA, Maria Páscoa Sarmento de. 2022. Re-Existências Malungas Agência Sociopolítica de Mulheres Quilombolas no Marajó. *Revista Terceira Margem Amazônia*, v. 7, n. 18, p. 15-29.
